

ESPACIALIZAÇÃO DO MOVIMENTO LGBTQIA+ NO BRASIL E SUAS PROXIMIDADES COM OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

SPATIALIZATION OF THE LGBTQIA+ MOVEMENT IN BRAZIL AND ITS PROXIMITIES TO THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS (SDG)

121

Submetido em 20 de outubro de 2021

Aceito em 08 de fevereiro de 2022

Wilians Ventura Ferreira Souza

wilians.ventura@unesp.br

Universidade do Estado de São Paulo- UNESP

Presidente Prudente – São Paulo - Brasil

Resumo

O Movimento LGBTQIA+ vem construindo nas últimas décadas amplas e complexas redes com outros movimentos socioespaciais e socioterritoriais evidenciando uma complexificação em sua estrutura organizativa e interação com outros movimentos, organizações e instituições, como o movimento de mulheres, movimento negro, movimentos de luta por moradia urbana, movimentos de luta pela terra, sindicatos e partidos políticos. Essa pluralidade de relações e interações com outros movimentos e organizações confere ao Movimento LGBTQIA+ uma característica ímpar, as interseccionalidades e reciprocidades existentes em dadas relações se materializam em diferentes espaços e territórios, assim, um LGBTQIA+ também é rosto sem-terra, sem-teto, ribeirinho, indígena, quilombola, entre outras expressões da vida em movimento, disputa, conflito e transformação. Este artigo teve por objetivo identificar e analisar a espacialização do Movimento LGBTQIA+ brasileiro em 2020 a partir do Banco de Dados da Luta Pela Terra (DATALUTA), bem como a produção do espaço a partir das diferentes intencionalidades, relações e pautas levantadas pelos movimentos e coletivos no Espaço Urbano e sua proximidade com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Para alcançar o objetivo alvitrado foram realizados os

seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa documental, levantamento bibliográfico, construção de banco de dados, análise de dados, trabalho estatístico e mapeamento.

Palavras-chave: Movimento LGBTQIA+; Brasil; Urbano; Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Abstract

The LGBTQIA+ Movement has been building in recent decades broad and complex networks with other socio-spatial and socio-territorial movements, evidencing a complexification in its organizational structure and interaction with other movements, organizations and institutions, such as the women's movement, black movement, urban housing movements, land struggle movements, trade unions and political parties. This plurality of relationships and interactions with other movements and organizations gives the LGBTQIA+ Movement a unique characteristic, the intersectionalities and reciprocities existing in given relationships materialize in different spaces and territories, thus, an LGBTQIA+ is also a landless face, homeless, riverside, indigenous, quilombola, among other expressions of life in motion, dispute, conflict and transformation. This article aimed to identify and analyze the spatialization of the Brazilian LGBTQIA+ Movement in 2020 from the Fight for The Earth Database (DATA LUTA), as well as the production of space from the different intentions, relationships and agendas raised by movements and collectives in the Urban Space and its proximity and relations with the Sustainable Development Goals (SDGs). To achieve the objective of the objective, the following methodological procedures were performed: documentary research, bibliographic survey, database construction, data analysis and statistical work and mapping.

Keywords: LGBTQIA+ movement; Brazil; Urban; Sustainable Development Goals.

Introdução

Este manuscrito é a materialização de discussões, reflexões e sistematizações em torno de diferentes dados e variáveis que envolvem os movimentos socioespaciais e socioterritoriais que serão detalhadas posteriormente. A leitura e análise para o atual momento histórico, político, cultural e social, em que vive o Brasil, demanda dos pesquisadores, sobretudo, dos geógrafos e geógrafas que vem se dedicando aos estudos dos movimentos, um olhar multiescalar, multidimensional e relacional do espaço, território, corpo e suas vinculações e atrelamentos com

objetivos ligados ao Estado e a outras instituições de tamanha importância para a promoção, ou não, da vida e da diversidade.

O mapeamento das ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais que se vinculam a luta pela diversidade sexual e de gênero, assim como a vinculação de suas tipologias de ações, tipologias de movimentos e objetivos das ações com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), também é um exercício desafiador e que expressa a necessidade de se refletir sobre a luta pela vida e pela diversidade em suas múltiplas instâncias, não se referindo somente a diversidade sexual e de gênero, mas de todas as possibilidades contra-hegemônicas e revolucionárias dos sujeitos que disputam os mais variados territórios.

O desafio torna-se ainda mais complexo quando se observa um verdadeiro deserto de planos, estratégias e objetivos para se alcançar uma cidadania e/ou sociedade plena, livre de desigualdades e preconceitos que se materializam na vida de inúmeras pessoas retirando a possibilidade de gozarem uma vida plena. Ver-se-á que a crítica aos 17 ODS tem sido posicionada no sentido de que os movimentos não participaram de sua formulação, ou que existe uma relação hierárquica que prioriza determinados conceitos e paradigmas em detrimento de outros. Ao mesmo tempo, os 17 ODS evidenciam inúmeras possibilidades e potencialidades analíticas e nas contradições e, sobretudo, na ausência de planos e objetivos mundiais de transformação social, os ODS são posicionados como metas a serem alcançadas visando minimamente melhorar a qualidade de vida daquelas pessoas violadas constantemente pela desigualdade, pela violência e por toda uma história de subalternização e estigma que lhes foi imposta.

Os movimentos LGBTQIA+ foram analisados e investigados a partir de um olhar e abordagem espacial e territorial, vinculando suas ações, leia-se tipologia de ações, aos 17 ODS que por sua vez, também se vinculam a diferentes escalas (local, regional, nacional e global), dimensões (material e imaterial) e territórios (primeiro, segundo e terceiro território) (FERNANDES, 2009; 2012). A escolha dos movimentos LGBTQIA+ se deu pela forte vinculação das pautas levantadas e a sua relação com os 17 ODS que buscam, de maneira geral, promover a redução das desigualdades, da violência, do estigma e da falta de oportunidade, buscando no contexto urbano a efetivação de uma cidade comunitária, saudável e sustentável.

O espaço, portanto, surge como um conceito chave neste artigo, entendendo-o, de maneira geral, desde a superfície da terra compreendida como sendo o espaço absoluto, que contém ao nível do singular, do particular e do universal, mas também variações absolutas, relativas e relacionais, que acabam por produzir uma relação desempenhada pela multiescalaridade e multidimensionalidade. As questões principais que surgem são: quais são os objetivos dos movimentos LGBTQIA+ na atualidade? Como esses objetivos se atrelam a luta pelo espaço e pelo território? Quais são as estratégias utilizadas pelos movimentos para a efetivação de seus objetivos e pautas? E, por fim, como esses objetivos se relacionam com os 17 ODS, potencializando a luta desses movimentos desde a escala local a escala global.

O artigo foi estruturado em quatro partes que se relacionam e se interconectam, são elas: 1) metodologia 2) movimento LGBTQIA+ hoje: estratégias e disputas 3) espacialização dos movimentos LGBTQIA+ no Brasil em 2020 e, por fim, 4) movimento LGBTQIA+ em perspectiva comparada com os ODS.

No tópico 1 detalhou-se os procedimentos metodológicos construídos durante a consecução da pesquisa, ressaltando-se neste tópico a importância da Rede DATALUTA e da pesquisa que vem sendo desenvolvida em torno dos movimentos socioterritoriais desde uma perspectiva comparada. A construção da metodologia apresentada, faz parte do acúmulo e das discussões provocadas e produzidas no interior dos grupos de pesquisas e dessa rede de pensamento. No tópico 2 e 3 destacou-se os processos históricos, sociais e políticos que constituem a formação dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais que se vinculam à pauta da diversidade sexual e de gênero compreendida enquanto um território em disputa pelas instituições como o Estado, as igrejas, organizações internacionais (ONU) e empresas, os sujeitos e os movimentos socioespaciais e socioterritoriais. É impossível ler e conhecer o processo de formação e as estratégias dos movimentos sem vinculá-las a disputa espacial e territorial. Por fim, no tópico 4 buscou-se desde uma perspectiva relacional e comparada, analisar as ações dos movimentos LGBTQIA+ brasileiros e estabelecer proximidades com os ODS a partir da disputa e produção espacial (material e imaterial) e os objetivos e intencionalidades dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais.

Metodologia

Os procedimentos metodológicos que envolvem a formulação deste manuscrito foram construídos por um conjunto de pesquisadores que integram a Rede DATALUTA e que vem nos últimos anos debatendo um conjunto de questões teóricas, conceituais e, principalmente, metodológicas, objetivando potencializar a leitura, interpretação e análise dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais.

Pensar as ações, os seus objetivos, bem como suas intencionalidades e sua vinculação com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU) é, sem dúvida, um passo importante para o surgimento de uma compreensão multiescalar, pluriescalar, espacial e territorial, que vincula as práticas que efetivam a mudança em diferentes escalas, desde o global ao local, desde o território material ao território imaterial, revelando as diferentes possibilidades e perspectivas adotadas e construídas pelos movimentos e instituições que possuem neste século um enorme desafio, produzir uma sociedade mais justa, democrática e saudável em todas suas dimensões.

A vinculação da existência dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, suas intencionalidades e os ODS, exige uma profunda e contínua reflexão sobre as metodologias e as adequações necessárias para se obter um melhor resultado científico. Nesse sentido, a construção dos tópicos subsequentes, sobretudo, aqueles que retratam o mapeamento das ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, mapeamento das matrizes e derivadas, o revelar-se dos objetivos e intencionalidades presentes nas ações dos movimentos, bem como a sua vinculação a cada uma das ODS ou a união de várias delas desde uma única ação, exigiu a construção de uma metodologia inovadora e complexa.

Alguns dos procedimentos metodológicos utilizados neste artigo já fazem parte da história do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) e da Rede DATALUTA, como por exemplo o levantamento e a leitura de notícias que evidenciam as ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Ao mesmo tempo que houve uma reciclagem de ações e experiências adquiridas no passado, também se fez necessário refletir sobre novas metodologias, dada a complexidades presente nas ações e relações atribuídas aos movimentos que disputam, produzem e são produzidos pelo espaço urbano.

Para uma melhor construção da pesquisa e para o entendimento e aprofundamento de alguns conceitos, foi realizado um levantamento bibliográfico em torno dos temas que circundam a diversidade sexual e de gênero no Brasil. Os temas e conceitos centrais levantados foram: movimentos socioespaciais e socioterritoriais, LGBTQIA+, Diversidade Sexual, Diversidade de Gênero, Movimento LGBTQIA+, Violência contra LGBTQIA+, Território, Espaço, Desenvolvimento Sustentável. A revisão bibliográfica foi realizada através de pesquisas nas plataformas, Capes, Scielo, Athena, Google Acadêmico, Revistas Virtuais e Biblioteca Digital da USP.

Realizou-se a construção de um banco de dados em torno das ações promovidas pelos Movimentos LGBTQIA+ no Brasil ou de movimentos que pautam suas lutas em torno das diversidades, esse procedimento foi realizado a partir do levantamento de notícias utilizando o *Google Alerts* e da utilização do trabalho que vem sendo feito pelo DATALUTA (2020), referência nacional e internacional na criação de tipologias em torno dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais e de suas ações. Palavras-chaves foram levantadas e a partir delas criou-se algoritmos que realizaram diariamente buscas em diversas fontes e plataformas. Após o levantamento de notícias selecionadas pelo *Google* a partir do recorte das palavras-chaves, realizou-se uma leitura detalhada e atenta de cada uma das notícias e o direcionamento para a sistematização ou para o descarte. A notícia foi levada para a sistematização quando representou a ação de um movimento socioespacial ou socioterritorial vinculado à temática LGBTQIA+, da mesma forma ela foi descartada quando não evidenciou tal vinculação ou quando somente representou instituições que levantaram pautas ou demandas próximas ao tema, mas que não estabeleceram nenhuma relação com os movimentos. As notícias selecionadas foram sistematizadas e delas extraídas uma série de informações, cabendo ressaltar: tipo de ação, tipo de movimento, objetivos da ação e a vinculação da intencionalidade e objetivo dos movimentos aos 17 ODS.

Por fim, mapeou-se as notícias sistematizadas na Plataforma Dataluta. A partir desse procedimento se evidenciou a existência de diferentes ações que ora externalizam uma anseio pela produção de espaços, ora de territórios, esses elementos estão intrinsicamente vinculados com a intencionalidade, objetivos, estrutura organizativa dos movimentos e o seu atrelamento aos ODS.

Foi utilizado o *Philcarto*® como um dos *softwares* de mapeamento, permitindo técnicas de exploração de dados a partir da visualização cartográfica. Feito o mapeamento no *Philcarto*®, posteriormente foi realizado a diagramação final dos mapas no *Adobe Illustrator*®.

MOVIMENTO LGBTQIA+ HOJE: estratégias e disputas

127

O primeiro aspecto a ser levantado neste tópico acerca da constituição do Movimento LGBTQIA+, ainda que não haja um consenso e que esse movimento continue a ser disputado pelos diferentes sujeitos, é evidenciar um contexto marcado por estruturas que são posicionadas como normas e receitas rígidas e invioláveis que protegem uma determinada conjuntura histórica, social, cultural e educacional, possibilitando, assim, a permanência de territórios e espaços marcadamente heterossexuais, cisgêneros, monossexuais e brancos. Os aspectos fundantes de um movimento subversivo e contra-heteronormativo, como o Movimento LGBTQIA+, se fundamenta na construção de uma sociedade que derrete e extingui esses limites impostos violentamente desde os mais variados sistemas e espaços de regulação como a escola, a igreja, o Estado, a casa, a saúde, etc.

Os parâmetros que constituem a sociabilidade humana e as referências que se tem sobre o ser homem e o ser mulher são construções histórico-sociais. Isso significa que essa ideia que se tem sobre a leitura binária (homem/mulher), são constituições políticas e sociais carregadas de intencionalidades e ideologia. Nesse sentido, para conhecer profundamente essa construção é necessário historicizar como se desenvolveram as relações sociais entre homens e mulheres no que se refere ao sexo e à sexualidade e buscar quais elementos que implicaram a institucionalização dos papéis de gênero (BUTLER, 2011).

É importante ressaltar que a lógica binária discutida no trabalho de Assunção (2018) produz uma divisão das atividades humanas em “coisas de homem” e “coisas de mulher”, normas e leituras constantemente reificadas pelo machismo e pelo heterossexismo. Nesse sentido, tal interpretação e lógica condiciona não só as valorações e importâncias distintas e assimétricas para essas atividades, sobretudo quando se refere à produção e à reprodução.

O trabalho é apontado como uma categoria fundante dos sujeitos sociais e das relações, isto é, o trabalho e todas as suas consequências ontológicas são sentidos e materializados a partir

da existência dos diferentes sujeitos sociais. Nesse sentido, é possível considerar o trabalho como a atividade pela qual o gênero humano media, regula e transforma a natureza, ao produzirem seus meios de existência através do trabalho, os sujeitos produzem direta ou indiretamente sua própria vida material (MARX; ENGELS, 2007, p. 10).

O que Lukács (2013) traz é uma contribuição acerca do entendimento da divisão do trabalho baseada originalmente na diferenciação biológica. É inegável que a divisão do trabalho possui marcadores sexuais que foram determinados biologicamente, ao mesmo tempo, se observa que dada diferenciação entre homens e mulheres que fora demarcada num estágio muito primitivo das relações sociais e que possui uma base material, a divisão sexual do trabalho, foi sendo substituída por uma leitura que envolve mais as categorias sociais do que propriamente o contexto biológico de cada ser. Esse processo e leitura se dá simultaneamente, eis um dos desafios dos movimentos sociais brasileiros.

Rubin (1993) também levanta algumas questões importantes acerca do sistema sexo-gênero, indaga os parâmetros biológicos que determinam práticas sociais e até mesmo orientações subjetivas. É nesse sentido, que os desdobramentos da divisão social do trabalho, a partir de sua divisão sexual, constroem uma diferenciação essencialista entre os sexos. Apesar da existência desses marcadores biologizantes, a diferença entre os gêneros, inicialmente baseada apenas na esfera orgânica, passa a se desenvolver com base e cada vez mais em dados sociais.

É possível, a partir dos diferentes elementos e informações já entregues durante a construção desse manuscrito, afirmar que existe uma institucionalização da heterossexualidade na sociabilidade capitalista. Construir, cultivar e propagar a ideia de normalidade e naturalidade atrelada a família monogâmica, binária e heteronormativa, contribui para a manutenção de um sistema de produção e acumulação, bem como da reprodução da força de trabalho a partir dos resultantes biológicos produzidos pelas relações heterossexuais. A heterossexualidade tida como norma e ideologia, a heteronormatividade, produz nos corpos dos sujeitos diferentes violências e limites que territorializa toda uma estrutura bem pensada de manipulação e coordenação de determinados corpos em detrimento de outros. Dentro da heteronormatividade às sexualidades não heterossexuais são consideradas dissidentes e subversivas, isso acontece pois no cerne desse sistema todas as pessoas são, ou pelo menos deveriam ser, heterossexuais.

Para além do Estado enquanto um promotor de políticas heteronormativas e, conseqüentemente, favorecedor da marginalização da população LGBTQIA+, a Igreja também se coloca como uma relevante instituição que instaura em quase todo o mundo o pecado em torno das sexualidades tidas como desviantes. Como aponta Assunção (2018), é sabido que algumas civilizações antigas do mundo ocidental legitimavam a homossexualidade, à exemplo de determinadas Cidades-Estados gregas e das forças militares romanas, onde era possível observar uma dinâmica patriarcal não heterossexista. Apesar desses vestígios históricos sobre às liberdades sexuais, a Igreja passa a disputar o conceito de diversidade sexual, família, gênero, corpo, etc.

O histórico do Movimento LGBTQIA+ brasileiro é marcado por continuidades e descontinuidades expressas em momentos específicos, sobretudo, da história democrática do país. A síntese em torno da história desse movimento é feita sob uma perspectiva relacional e crítica, isso significa que o Movimento LGBTQIA+ não se explica por si só, ele depende de um conjunto de outras variáveis que estão em constante relação e que produzem espaços e territórios expressos a partir de múltiplas escalas e dimensões.

Essas pautas de ordenamento moral alicerçadas sobre a ideia de Estado, Família e Deus, se consolidam e assumem uma posição central no âmago do Estado que constitucionalmente deveria apresentar-se enquanto laico. A partir do golpe orquestrado contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016, golpe este que provocou uma ruptura institucional e potencializou a ascensão de uma extrema direita ultraneoliberal e ultraconservadora materializada na figura do Presidente Jair Messias Bolsonaro. Curiosamente, ver-se-á que o Movimento LGBTQIA+ brasileiro surge em meio a uma desordem política e institucional, marcado pela perseguição, violência e exclusão aos pensamentos e ideias de ativistas e militantes dos Direitos Humanos. O atual contexto nos aproxima dessa realidade e apresenta novos elementos que exigem uma leitura e inteligência adequada mediante os elementos e relações dispostos nos espaços e territórios disputados pelos movimentos, sujeitos e instituições.

É a partir dessas novas alianças, acordos e propostas que os movimentos produzem novas leituras e dessas leituras surgem novas intencionalidades e objetivos que se equilibram na corda bamba da história do país. Esses novos objetivos evidenciam uma disputa material e imaterial

expressa nos espaços e territórios, exemplos serão apresentados a partir da relação entre os objetivos, intencionalidades, tipologias de ações espaciais/territoriais e os ODS.

No Brasil, o processo de formação do Movimento LGBTQIA+ (leia-se inicialmente Movimento Homossexual Brasileiro) se estabeleceu muito atrelado a essa efervescência política, social e cultural vivenciado no contexto brasileiro e também em diferentes parte do mundo. O movimento nasce em um contexto de duras repressões, perseguições e, portanto, múltiplas e variadas violações de direitos básicos e necessários para a manutenção da vida. É em meados do início da década de 1970 que o movimento feminista ganha visibilidade e, na segunda metade da década, surgem as primeiras mobilizações e organizações do movimento negro contemporâneo, como o Movimento Negro Unificado (MNU), e o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), representado inicialmente pelo Somos – Grupo de Afirmação Homossexual, de São Paulo.

Um aspecto relevante e que vale ser ressaltado é que o nascimento do movimento homossexual brasileiro é cingido pela construção de um projeto de politização das pautas e temas que atravessam às discussões acerca das sexualidades tidas como desviantes, também é imprescindível destacar que os militantes que compuseram o quadro de formação desse movimento socioespacial, também estavam engajados na luta contra a ditadura militar.

Muitas das principais demandas e lutas engendradas pelo movimento no final da década de 1970 permanecem, como a luta contra a violência e discriminação, direitos civis, tratamento digno na mídia, educação sexual nas escolas e contra a patologização de pessoas LGBTQIA+. Essas marcas e pautas permanecem não porque transformações não ocorreram, mas porque foram insuficientes para incluir toda essa população em um contexto marcado por total respeito e equidade.

A primeira fase do movimento é marcada por fortes disputas ideológicas e rupturas entre grupos e coalizões que se formaram em seu âmago, essas disputas e conflitos evidenciam que dentro do próprio movimento existiam interesses distintos que orientavam as práticas e pautas ora para uma disputa espacial, ora para uma disputa territorial, ambas as estratégias adotavam tipologias de ação e organização distintas. Nesse sentido, esse primeiro momento do movimento se encerra antes de meados da década de 1980 evidenciando uma drástica redução numérica e geográfica de grupos e ativistas influentes. Essa redução justifica-se por vários motivos, entretanto,

ressalta-se o surgimento da epidemia da Aids que potencializou o estigma e o preconceito contra a população LGBT mundial, ao mesmo tempo que obrigou que grupos redirecionassem suas pautas e forças para a temática da saúde LGBT.

É, portanto, a partir da década de 1980 que o movimento passa por uma reestruturação e um reordenamento territorial. Os grupos e movimentos articulados que antes se concentravam, sobretudo, no eixo Rio de Janeiro – São Paulo, passam a se concentrar no eixo Rio de Janeiro – Nordeste, mudança representada, principalmente, na figura de dois ativistas emblemáticos: João Antônio Mascarenhas (articulador inicial do grupo de intelectuais que compôs o jornal Lampião da Esquina e fundador do grupo Triângulo Rosa) e Luiz Mott (fundador do Grupo Gay da Bahia - GGB).

A mobilização e atuação desses sujeitos representaram um distanciamento dos projetos que alvitavam uma transformação da sociedade atacando sua estrutura. Mobilizam ações e dinâmicas muito mais voltadas para o cotidiano, ou seja, sua tipologia de ações é mais pragmática e pontualmente voltada para a garantia dos direitos civis e contra a discriminação e violência dirigidas aos homossexuais, um exemplo dessa tipologia são as práticas do *Advocacy* que se constitui enquanto ações políticas promovidas por sujeitos, movimentos ou instituições que visam influenciar no processo de formulação de políticas e alocação de recursos.

A partir do início dos anos de 1990, o Movimento passa a atuar, sobretudo, no formato de redes internacionais e essa troca potencializa o surgimento de novas temáticas em escala nacional. O número de movimentos socioespaciais organizados voltou a crescer a partir da década de 1990, bem como é possível notar uma diversificação de formatos institucionais e novas propostas de atuação a partir da ampliação da rede de relações sociais e do surgimento de novos sujeitos e instituições como a mídia, agências estatais, parlamentares e um mercado especializado.

Essa incidência política e a busca pela visibilidade massiva foram algumas das tipologias de ações espaciais utilizadas visando mobilizar espaços e territórios, foram utilizadas pelos movimentos na década de 1990 e início dos anos 2000. As Paradas do Orgulho LGBT também aparecem como uma importante manifestação política orquestrada pelos movimentos atuantes em diferentes partes do mundo, essas marchas e disputas, compreendidas neste texto como uma

categoria matriz identificada como evento, alteram as dinâmicas espaciais das cidades que a realizam, abrem as portas para novas possibilidades e potencialidades.

O processo de cidadanização da homossexualidade só efetivamente surge a partir das duas gestões de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2009), quando nesse governo a inserção de pessoas LGBTQIA+ passa a provocar o surgimento de políticas públicas e editais focados na temática dos direitos humanos e na valorização da vida que se interseccionava com outras temáticas como a questão das mulheres, jovens, pessoas com deficiência, idosos e negros.

Os principais marcos alcançados no governo Lula, foram a criação do Programa Brasil Sem Homofobia, em 2004, e a I Conferência LGBT em 2008, o Lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBTs em 2009, e a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em 2010.

Apesar de se observar um considerável avanço e debate das temáticas que envolvem a sexualidade em suas múltiplas instâncias e representações, é no governo de Lula e Dilma que aparecem algumas contradições que barram esse avanço e progresso das pautas LGBTs e temáticas consideradas pelos movimentos ultraconservadores como “pânico moral”, como, por exemplo, a questão do aborto.

A promoção das ideias e dos valores científicos, jurídicos, políticos e morais veiculados nos últimos quatrocentos anos, mesmo que adormecidas e muitas superadas, não se extinguiram por completo da sociedade. Não é incomum, políticos, artistas, líderes religiosos, ou seja, pessoas formadoras de opinião, utilizarem espaços de grande visibilidade, como as mídias, para destilarem ódio e preconceito contra a população LGBTQIA+. A associação da homossexualidade à patologia, disfunção psíquica, hormonal, fisiológica ou doenças congênitas foi amplamente problematizada até o início do século XX pela medicina na Europa e também no Brasil.

A dimensão territorial da disputa sai de um campo simbólico e se materializa através das leis, ou melhor, da total ausência de leis e políticas que efetivamente poderiam impactar a vida de milhares de pessoas LGBTQIA+ que estão à margem da sociedade sem acesso à educação, saúde, cultura, trabalho e lazer. É nas eleições de 2010 que essa onda conservadora aparece com ainda

mais força e marcam um processo de reterritorialização desses setores através do alinhamento da presidenta Dilma Rousseff com as pautas conservadoras, sobretudo, antiaborto.

No atual contexto são muitas as transformações espaciais, territoriais e escalares que atravessam o Movimento LGBTQIA. São novos sujeitos, novos discursos, visões heterogêneas, novas formas de articulação e atuação e um conjunto de novos tipos de disputas e tensionamentos. É possível observar uma heterogeneidade de estratégias e intencionalidades expressas em diferentes formatos e relações construídas pelos movimentos. Existem ainda grupos e setores da comunidade que defendem a institucionalização dos movimentos sociais para que os mesmos concorram a editais produzidos pelo Estado e pelas instituições privadas. Existem aqueles que defendem a autonomia e a luta a partir de outros recortes como classe, gênero, raça, etc.

O que mais desperta a atenção dos pesquisadores que estudam a temática da sexualidade no Brasil, é que todas essas disputas e produções se dão a partir de uma perspectiva e relação dialética, esses movimentos coexistem e produzem disputas internas que se materializam em divisões e rupturas. Ao mesmo tempo, movimentos conservadores e que produzem discursos e narrativas em torno do pânico moral se multiplicam e conquistam cada vez mais territórios, sobretudo, aqueles produzidos dentro do próprio Estado, impossibilitando o surgimento de qualquer política pública efetivada por meio do Congresso Nacional.

Espacialização do Movimento LGBTQIA+ no Brasil

Antes de adentrar especificamente na exposição dos mapas que representam e aglutinam as ações promovidas e engendradas pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais que atuam em torno da diversidade sexual e de gênero, é importante ressaltar alguns elementos, conceitos e categorias importantes para a compreensão da tipologia dos movimentos, tipologias de ações, objetivos dos movimentos e a sua vinculação com os ODS. Essa reflexão e a definição, principalmente, do conceito de espaço, é uma etapa fundamental pois orienta e posiciona a perspectiva adotada para a consecução da pesquisa, que emerge desde uma perspectiva multiescalar, multidimensional e relacional. Corpo, diversidade, desenvolvimento sustentável, espaço, território, cultura, identidade, todos esses conceitos e temas se interseccionam, se relacionam, interagem e constroem os mais diversificados espaços e territórios. A espacialização

das ações construídas pelos movimentos evidencia as virtudes e as principais disputas, assim como a sua vinculação com outras escalas e dimensões.

Em “A natureza do espaço”, Santos (1996) discute o conceito de espaço geográfico relacionando-o à evolução das técnicas e às noções de objeto e de ação avaliados e lidos a partir de um conjunto de sistemas indissociáveis. Reúne variadas discussões, dentre elas, a intensificação tecnológica e o período informacional vivido a partir da década de 1970, o crescimento das redes geográficas, a intensificação e os impactos do processo de globalização e a constituição do meio técnico-científico-informacional.

Nesse sentido, é possível apreender que durante esse intenso processo de globalização que modificou substancialmente o mundo, bem como suas relações, produziu também a difusão da técnica e dos objetos técnicos de maneira desigual. A técnica é um conceito relevante para a compreensão dessa diferenciação expressa em desigualdades socioespaciais, dadas as possibilidades e potencialidades da técnica para com o processo industrial, desenvolvimento tecnológico, independência x dependência. Santos (1996) também compreende o espaço enquanto um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações. Além de compreender o espaço a partir dessa perspectiva relacional, também o lê e o compreende enquanto um misto/híbrido da condição social e física, misturando relações sociais, imaterialidades e materialidades. Os sistemas de objetos expressam-se através das forças produtivas, enquanto que os sistemas de ações englobam um conjunto das relações sociais de produção.

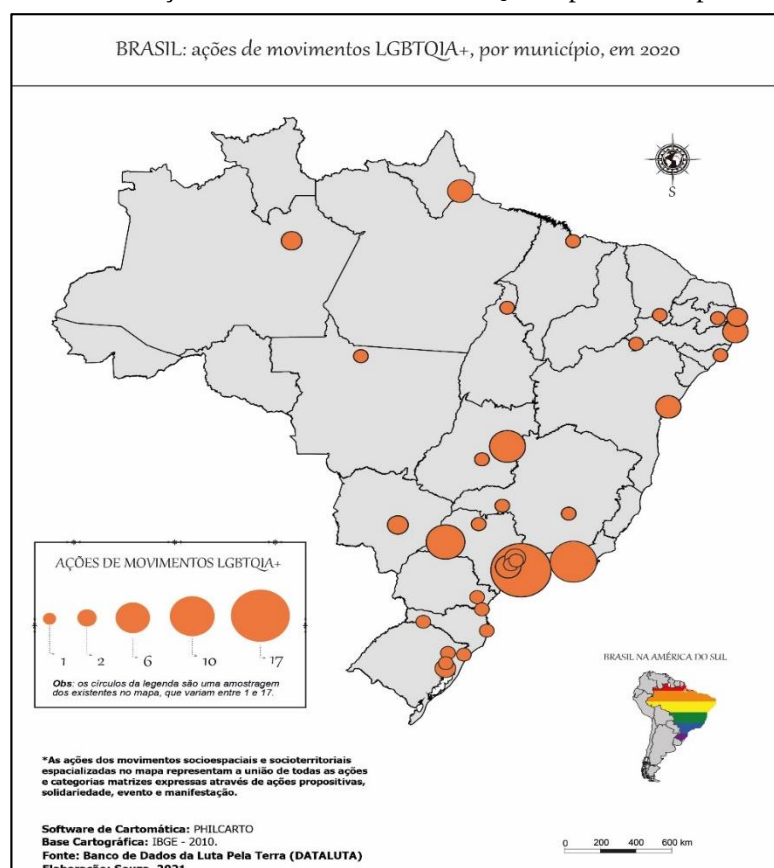
Compreender a sexualidade e o gênero na contemporaneidade exige de pesquisadores um esforço importante de distanciamento das fronteiras rígidas e intransitivas do conhecimento científico acumulado até hoje por uma elite branca, heterossexual e heteronormativa. Se distanciar dos limites rígidos e das definições estáticas de sexualidade é um passo importante para a compreensão de que esses conceitos são construídos cotidianamente a partir da multiplicidade de sujeitos que reivindicam espaços e territórios, existe como aponta Milskolci (2007) um conjunto de práticas e disputas que contornam e subvertem as fronteiras morais, leia-se também os territórios da moralidade e os paradigmas de sexo, gênero e sexualidade alicerçados na moralidade.

Todas essas formas de violências explicitadas anteriormente revelam uma face cruel da sociedade que constantemente tem violado os direitos básicos da população LGBTQIA+ brasileira

e em diferentes outros territórios. Entretanto, a violência não acaba na tipificação desses corpos como doentes, pecaminosos e criminosos, mas também nas práticas espaciais e na luta ou subtração de espaços e territórios que são importantes para a manutenção da vida em suas diversas instâncias.

O mapa 1 concentra um conjunto de ações produzidas pelos mais diversificados movimentos socioespaciais e socioterritoriais, através de um conjunto de tipologias de ações, assim como objetivos que se vinculam a pautas e intencionalidades transnacionais. A relação entre os objetivos dos movimentos e suas pautas serão melhor detalhadas no tópico seguinte, revelando a partir da junção das estratégias e intencionalidades dos movimentos aos ODS, ou seja, como que ao produzirem ações os movimentos se conectam com disputas e relações espaciais vinculadas a um objetivo global de desenvolvimento sustentável e a redução de desigualdades.

Mapa 1 – BRASIL: ações de movimentos LGBTQIA+, por município, em 2020



Fonte: Rede DATALUTA, 2021. **Organização:** Souza, 2021.

O Banco de Dados da Luta Pela Terra (DATALUTA), especialmente, a equipe do Urbano, sistematizaram 99 ações realizadas por diferentes movimentos socioespaciais e socioterritoriais LGBTQIA+ em 2020. Os dados evidenciam que 82 ações foram realizadas em municípios brasileiros, enquanto que 17 ações foram construídas e projetadas através do espaço virtual, o que evidencia um comportamento atrelado ao contexto pandêmico.

Foram identificados um conjunto de movimentos socioespaciais e socioterritoriais LGBTQIA+, cabendo destaque para: Rede Nacional de Operações de Segurança Pública LGBTI+ (Renosp LGBTI+), Movimento LGBT de Caxias do Sul, Grupo Somos LGBTI+, LGBT MARSHA!, Casa1, Casa Nem, MinhoQueens, Bloco da Diversidade, Acontece, Arte e Política LGBTI+, Grupo Gay da Bahia (GGB), UNA LGBT, Família Stronger, LGBT Candybloco, Via Campesina (Coletivo LGBT), Coletivo Cultural Sankofa, Movimento Bissexual Brasileiro (MBB), Bi-Sides, Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (APOLGBT), Aliança Nacional LGBTI, Associação LGBTI+, Grupo Arco-Íris, Mães pela diversidade, Associação da Parada do Orgulho LGBT de Praia Grande (APOLLGTB), Movimento Popular Revolucionário (MEPR), entre outros.

Também foram registradas um conjunto de instituições que contribuíram e/ou potencializaram as ações promovidas pelos movimentos, nesse sentido, a participação das instituições surge como um apoio a disputa pelos espaços e territórios, são algumas delas: Ministério Público do Rio de Janeiro, Conselho Municipal de Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CMLGBT), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido dos Trabalhadores (PT), Secretaria de Justiça (SEJUS), Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual do Rio (CEDS-Rio), Rede, Partido Novo, Avante, Partido Democrático Trabalhista (PDT), Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT e Enfrentamento a LGBTfobia de Campina Grande.

Foram registradas ações de movimentos em 33 municípios brasileiros, sendo os municípios que registraram um maior conjunto de ações de movimentos socioespaciais e socioterritoriais vinculados à temática LGBTQIA+: São Paulo (SP) com 17 ações sistematizadas, Rio de Janeiro (RJ) com 10 ações, Presidente Prudente (SP) com 7 ações, Brasília (DF) com 6 ações, Macapá

(AP), Recife (PE), Salvador (BA) e Sorocaba (SP) respectivamente com 3 ações cada, entre outros municípios.

Movimento LGBTQIA+ em perspectiva comparada com as ODS

Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) se insere neste artigo como um ponto central que vem ganhando relevantes proporções no debate promovido pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, pelas instituições e, sobretudo, pelo Estado. Nesse sentido, compreender o processo de construção, suas intencionalidades, bem como as escalas de atuação e implantação dos ODS é um importante objetivo.

A construção dessa agenda e das metas materializadas através dos objetivos é fruto do trabalho desempenhado por governos e cidadãos de cidades de todo o mundo objetivando a criação de um novo modelo global que possa erradicar a pobreza, promover desenvolvimento econômico, social e ambiental, bem-estar, proteção do meio ambiente e combate as alterações climáticas, etc. Esses são alguns dos pontos que podem ser explorados na cartilha que contém os 17 Objetivos, entretanto, é necessário um olhar atento e cuidadoso para as escalas e dimensões de cada um deles e como estão inter-relacionados, apesar de na atualidade serem vistos como processos antagônicos (desenvolvimento econômico x proteção do meio ambiente).

Figura 1 – 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.



Fonte: Organização das Nações Unidas, 2022.

A vinculação dos ODS aos objetivos e tipologias construídos pelos movimentos são centrais neste artigo, pois possibilitam uma leitura espacial, territorial e, portanto, geográfica, das ações e das intencionalidades materializadas em diferentes escalas e dimensões. Essa afirmação se tornará explícita a partir do mapeamento e da vinculação dos objetivos dos movimentos com os diferentes ODS que representam uma importante relação escalar, dimensional e relacional.

De antemão é possível observar que as tipologias de ações praticadas pelos movimentos nos territórios pesquisados podem ser preliminarmente classificadas em 4 grupos de análise: O Grupo 1 se caracteriza pelas ações de espaços de convergências e estratégias, tais como as reuniões, assembleias, conferências e encontros; o Grupo 2 é constituído por ações de enfrentamento direto, sejam ofensivas ou defensivas como as ocupações de terras e de prédios públicos ou privados, bloqueios de acesso, protestos etc.; o Grupo 3 consideramos as ações de caráter jurídico, onde identificamos as denúncias em suas diferentes manifestações (notas, cartas de repúdio, cartas abertas, etc.), audiências públicas, petições e ações civis públicas; E o Grupo 4 que, por sua vez, se refere às demais ações, com particularidades dos diferentes territórios.

O conceito de movimentos socioespaciais e socioterritoriais desenvolvido por Fernandes (2001; 2008; 2009; 2012; 2020) e potencializado por Sobreiro Filho (2016; 2017), Pedon (2013), Pedon e Dalpério (2014) e Halvorsen, Fernandes e Torres (2019), são expressões da contradição presente na realidade e no cotidiano, revela as mazelas sociais, os problemas políticos, a violência, entre outros importantes elementos, movimentar-se em torno de algo significa modificar a si, aos outros e os espaços que são tocados por esse movimento, ora modificando completamente o território, ora modificando os espaços, essa intencionalidade dependerá exclusivamente do ideário e da forma de atuação dos movimentos.

Como aponta Fernandes (2012), pela dimensão e amplitude do espaço e de sua compreensão conceitual e teórica, ele pode ser utilizado de diferentes maneiras, no entanto, são cometidos diferentes equívocos na sua interpretação e exposição, principalmente, quando não se define de qual espaço se fala, assim “para evitar equívocos é preciso esclarecer que o espaço social está contido no espaço geográfico, criado originalmente pela natureza e transformado continuamente pelas relações sociais” (FERNANDES, 2012, p. 26).

A intencionalidade na produção científica bem como no cerne do conhecimento geográfico sempre foi e sempre será um combustível que possibilita a criação de conceitos e teorias, no entanto, a visão de alguns sujeitos é parcial e unidimensional em relação ao objeto analisado apresentando o “espaço político somente como político, o espaço econômico somente como econômico e o espaço cultural somente como cultural” (FERNANDES, 2012, p. 27). O que se pretende realizar neste tópico é relacionar os diferentes espaços e territórios e compreender como as dimensões e as escalas da luta construídas pelos movimentos revelam uma diversidade tipológica que na atualidade se faz necessária não somente para a manutenção de determinados movimentos, mas pela sua própria existência e continuidade.

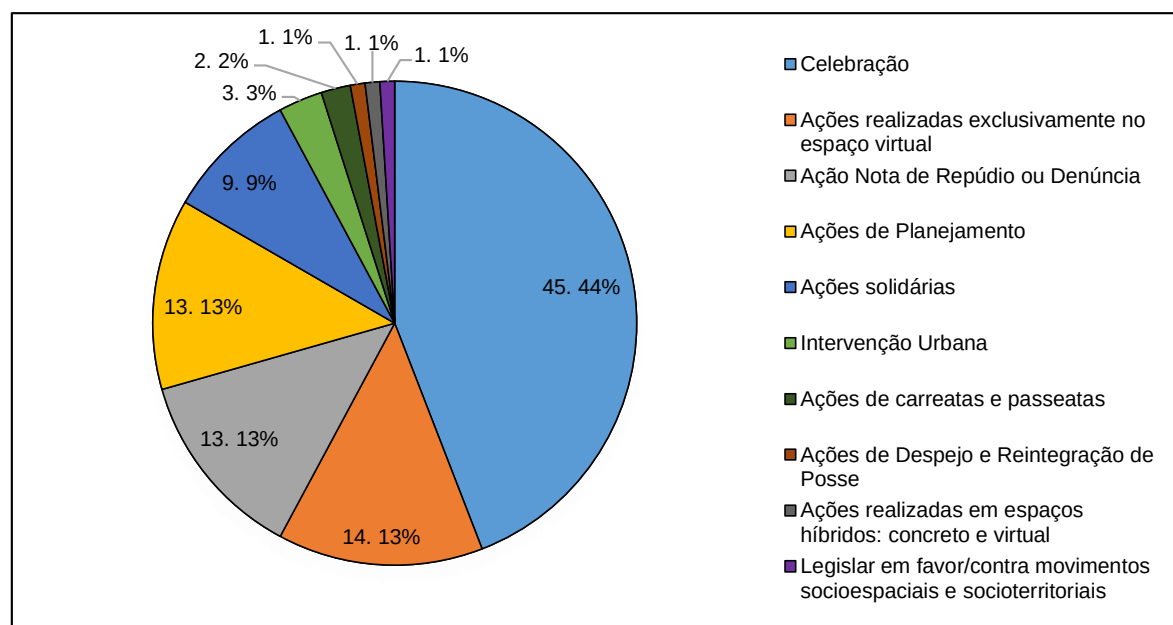
Além da compreensão da multiescalaridade do espaço, surge também a partir da leitura em torno dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais uma reflexão e compreensão sobre os diferentes territórios disputados. Assim o território se apresenta como um conceito que evidencia a disputa e o conflito, ele é, portanto, uma fração do espaço geográfico apropriado por diferentes sujeitos que possuem distintas intencionalidades, “são as relações sociais que transformam o espaço em território e vice-versa, sendo o espaço uma priori e o território uma posteriori” (FERNANDES; 2012, p. 27).

O contexto histórico, social e geográfico das mortes de LGBTQIA+ contribuem para a formação de um quadro de elementos e símbolos materiais e imateriais que percorrem o inexplicável número de golpes, facadas, tiros, ou seja, a brutalidade no ato da violência representa não apenas a execução da vítima, mas a destruição da sua imagem e, principalmente, os símbolos, marcas e disputas que essas imagens carregam e produzem ao se espacializarem no urbano, assim, “é nos interstícios entre o excessivo e o inexplicável que a homofobia se constrói” (EFREM FILHO, 2016, 326).

A construção dos objetivos e das pautas dos movimentos que lutam pela diversidade estão intrinsicamente atrelados a narrativa da violência e da brutalização dos corpos de pessoas LGBTQIA+. A disputa territorial explícita desses movimentos e sujeitos se dá desde a escala do corpo até escalas internacionais. As tipologias e os objetivos revelam o desejo pela inserção no mercado de trabalho, pela construção de políticas públicas efetivas, pela diminuição das

desigualdades, pela equidade e construção de espaços menos violentos, etc. Todos esses objetivos e pautas se vinculam diretamente aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Gráfico 1 – Tipologias de ações dos Movimentos LGBTQIA+ no Brasil.



Fonte: Rede DATALUTA, 2021. Organização: Souza, 2021

O gráfico 1 evidencia um conjunto diversificado de tipologias de ações utilizadas pelos movimentos LGBTQIA+ ou que se vinculam à temática da diversidade, estas tipologias devem ser compreendidas como metodologias utilizadas pelos movimentos para se alcançar determinado objetivo e/ou intencionalidade. Ao se movimentarem os movimentos produzem espaços e territórios orientados para a inserção de corpos LGBTQIA+ e promoção da vida e da diversidade na escola, no trabalho, na cultura e na cidade.

Assim, em 2020 os movimentos LGBTQIA+ utilizaram-se, sobretudo, de ações de celebração com 45 (44%) ações sistematizadas, celebração é uma categoria derivada, isso significa que a mesma está contida em um conjunto heterogêneo de ações compreendidas pela equipe de sistematização do Espaço Urbano como Eventos.

A celebração é uma ação construída por movimentos socioespaciais, socioterritoriais e/ou instituições, que objetivam organizar eventos e/ou manifestações no formato de festas e

celebrações coletivas, a exemplo desta tipologia tem-se as Paradas LGBTQIA+ realizadas em diversas cidades brasileiras. As Paradas revelam uma celebração voltada para a composição de uma disputa política, espacial e também territorial, é um evento que promove a visibilidade de corpos e pessoas considerados dissidentes e subversivos, o território corpo assume uma centralidade nas disputas entre o discurso da moral e dos bons costumes que produz um pânico e ordenamento moral, o conceito de corpo, diversidade, Deus e família são constantemente disputados nestes espaços.

As ações realizadas exclusivamente no espaço virtual foram sistematizadas em 14 (13%) momentos. Essa tipologia de ação é compreendida como ações de movimentos socioespaciais, socioterritoriais e/ou instituições, com ou sem informação da localização absoluta, realizadas em espaços exclusivamente virtuais através de reuniões, mesas, palestras, bate-papo, manifestações, twitaço e denúncias sobre as mais diversas temáticas. Essa tipologia revela a necessidade de se exercer um olhar dialético e relacional para os espaços e territórios disputados pelos movimentos e instituições, vê-se que as redes sociais se apresentam como um importante território em disputa, pois possibilita a construção de narrativas importantes para determinados grupos em detrimento de outros. As ações realizadas exclusivamente no espaço virtual fazem parte da categoria matriz manifestação.

As ações de notas de repúdio ou denúncia também fazem parte da matriz manifestação e foram sistematizadas em 13 (13%) momentos. São compreendidas como ações de movimentos e instituições que se caracterizam pela manifestação, denúncia e repúdio através de documentos que revelam diferentes contextos e situações, moção, nota, carta aberta e dossiê são exemplos dessa tipologia.

As ações de planejamento apareceram em 13 (13%) momentos, seguido das ações solidárias com 9 (9%) sistematizações. Essas duas tipologias revelam o surgimento de metodologias produzidas pelos movimentos durante o momento marcado pela pandemia do Novo Coronavírus (*Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2*). Todo esse contexto espacial e territorial caracterizado pelas desigualdades no acesso à saúde, alimentação saudável, moradia e trabalho decente, fez com que os movimentos inserissem em suas tipologias de ações a necessidade

de se pensar o planejamento das cidades e do enfrentamento à pandemia, bem como a construção de ações solidárias que amenizam, sobretudo, a fome e a miséria.

As outras tipologias registradas também revelam uma heterogeneidade do *modus operandi* dos movimentos, sobretudo, no atual contexto político, econômico, social e sanitário que vivencia o Brasil. Aparecem como outras tipologias a intervenção urbana com 3 (3%) sistematizações, seguido de ações de carreatas e passeatas com 2 (2%) sistematizações e, por fim, ações de despejo e reintegração de posse, ações realizadas em espaço híbrido e legislar em favor/contra movimentos socioespaciais e socioterritoriais cada uma com 1 sistematização.

A dimensão espacial e territorial se faz presente nas disputas engendradas nas diferentes escalas e contextos. Ver-se-á que existe um conjunto de possibilidades que revelam não somente a criatividade dos movimentos e instituições, mas também a necessidade de adaptação e da busca pelo impacto necessário para possibilitar a conquista de espaços e territórios. O tema central elaborado por Harvey (2012), sobretudo, a partir de uma discussão teórica e conceitual em torno do espaço, ressalta que essa palavra tem suscitado nos últimos tempos inúmeras discussões e modificações, assim, “complicações às vezes surgem dessas modificações (muito frequentemente omitidas na fala ou na escrita), mais do que de uma complexidade inerente à própria noção de espaço” (HARVEY, 2012, p. 8).

Harvey (2012) propõe, portanto, uma conceituação evitando os particularismos e as especificidades que surgem sobre o conceito a partir da aplicação em pesquisas e outras atividades. O espaço absoluto é fixo, como mencionou Harvey (1973) é uma “coisa em si mesma”, é a partir dele que planejamos e moldamos os eventos. O espaço absoluto é o espaço de Newton e Descartes e “é usualmente representado como uma grade pré-existente e imóvel que permite padronizar medições e está aberto ao cálculo” (HARVEY, 2012, p. 10). Já a noção de espaço relativo utilizada neste artigo, é associada ao nome de Einstein e às geometrias não-euclidianas que passaram a ser construídas no século XIX. O espaço segundo Harvey é relativo em dois sentidos: de que há múltiplas geometrias que podemos escolher e de que o quadro espacial depende estritamente daquilo que está sendo relativizado e por quem.

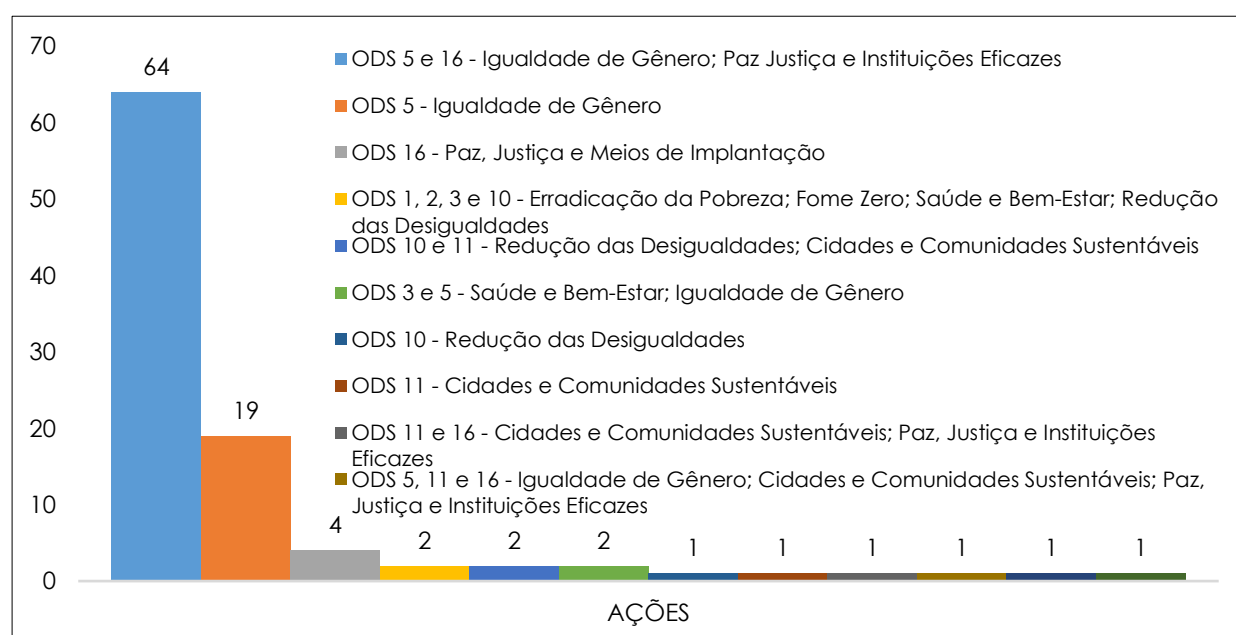
A necessidade, portanto, da utilização do conceito de espaço relacional surge a partir da dificuldade de se compreender processos que envolvem outras múltiplas relações e interações a

partir do emprego do espaço absoluto, em outras palavras, se assume a dificuldade de se compreender esses processos a partir de uma visão unidimensional, setorial e fragmentada.

A utilização do espaço absoluto, relativo ou relacional é feita a partir da análise dos quadros existentes entre os objetos e as relações que se dão em determinado recorte. Nesse sentido, compreender as ações dos movimentos, as tipologias que constroem, a sua vinculação a conquista de espaços e/ou de territórios, os objetivos centrais de cada movimento, bem como a sua vinculação aos 17 ODS é, sem dúvida, promover e construir uma leitura multidimensional, multiescalar relacional do Movimento LGBTQIA+ brasileiro.

Aparecem como os principais objetivos dos movimentos a luta contra a LGBTfobia com 71 (68%) sistematizações, seguido da conscientização e promoção de discussões com 21 (20%) sistematizações, combate à fome e outras desigualdades com 4 (4%) registros, defesa da democracia com 2 (2%) registros e, por fim, a luta contra ordem de despejo e reintegração de posse com 3 (3%) sistematizações.

Gráfico 3 – ações dos Movimentos LGBTQIA+ e a sua vinculação com os ODS



Fonte: Rede DATALUTA, 2021. Organização: Souza, 2021.

A construção do gráfico 3 atravessa o estabelecimento de discussões e relações entre os objetivos dos movimentos e a sua vinculação com os 17 ODS. Isso significa, que no gráfico estão materializadas as intencionalidades dos movimentos que atuam em variadas escalas (local, estadual, regional, nacional e global), essa relação foi construída a partir da discussão dos temas e pautas levantadas pelos movimentos em suas ações e as pautas e metas presentes nos 17 ODS.

Nesse sentido, é possível observar que os movimentos LGBTQIA+ brasileiros atuaram, principalmente, vinculados aos ODS 5 e 16 que correspondem a luta pela Igualdade de Gênero (compreendendo o conceito desde uma perspectiva ampla) e a Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

A vinculação das ações dos movimentos a essas duas ODS juntas foi encontrada em 64 ações dos movimentos e instituições. Isso significa que os movimentos realizam um debate sobre a diversidade muito atrelada ao gênero enquanto uma categoria em disputa revelando as possibilidades presentes nessa pluralidade. Essas possibilidades podem ser potencializadas quando as instituições promovem a paz, a justiça e a eficácia no cumprimento da lei que garante a essas pessoas cidadania plena e vida saudável.

Em seguida tem-se a vinculação dos objetivos ao ODS 5 – Igualdade de Gênero com 19 sistematizações, seguido da ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes com 4 registros, seguido da relação entre os ODS 1, 2, 3 e 4, que respectivamente representam a Erradicação da Pobreza, Fome Zero, Saúde e Bem-Estar e Redução das Desigualdades, acumulando um total de 2 registros, seguido da relação entre o ODS 10 e 11 que representam a Redução das Desigualdades e a construção de Cidades e Comunidades Sustentáveis com 2 registros, entre outras ODS que se vinculam as pautas e objetivos levantadas pelos movimentos.

É possível observar a partir da generalização das ações dos movimentos sistematizadas pela equipe do Espaço Urbano, que existem 4 categorias matriz que orientam e agrupam um conjunto de ações/tipologias de ações derivadas dos Movimentos LGBTQIA+ brasileiros que atuam no espaço urbano. A pesquisa revelou a existência de 4 categorias matriz, são elas: Eventos, Manifestação, Solidariedade e Ações Propositivas. Essas categorias genéricas agrupam e concentram as intencionalidades presentes nos mais variados movimentos LGBTQIA+ urbanos brasileiros, assim, é possível observar que os Eventos foram os mais sistematizados com 46 ações,

seguido de Manifestação com 35 ações e, por fim, Ações Propositivas e Ações de Solidariedade respectivamente com 9 sistematizações cada.

Essas categorias não só revelam um processo contínuo de sistematização, mas a vinculação das metodologias construídas pelos movimentos, dos seus objetivos e dos 17 ODS com as disputas espaciais e territoriais. Dadas disputas fornecem um arcabouço de possibilidades e enredamentos que orientam pesquisadores da geografia para uma leitura geográfica dos movimentos sociais.

Considerações Finais

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é a materialização de um plano de ação para os sujeitos e para o planeta. É importante frisar que a construção dessa agenda corrobora para uma leitura multidisciplinar, compreendendo o desenvolvimento sustentável a partir de diferentes escalas e dimensões. A proposta de mudança e transformação promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) através da implementação da Agenda 2030 é, sem dúvida, um ousado passo na construção de soluções globais para problemas que se materializam em diferentes níveis do viver. Os países que embarcaram nessa construção coletiva, certamente compreendem o espaço geográfico enquanto uma totalidade interligada sob diferentes intensidades e relações, nesse sentido, quando uma parte é afetada as outras também são.

O estabelecimento dos ODS leva em conta um conjunto de metas e temas indivisíveis, de natureza global, universal, multiescalar e multidimensional, tendo por consideração as diferentes realidades e contextos socioespaciais que envolvem os diferentes níveis nacionais. As metas traçadas e expressas pelos ODS revelam uma aspiração global, entretanto, cada governo nacional também define suas próprias metas guiados e orientados pelo nível global de ambição.

O trabalho desenvolvido por Sam, Fernandes e Torres (2021) avança na reflexão sobre a ação dos movimentos socioterritoriais como uma categoria analítica que tem como objetivo central analisar a mediação do espaço e apropriação do território, essa relação se faz presente neste artigo e necessária para a vinculação das ações aos objetivos. Corroboro com o trabalho de Sam, Fernandes e Torres ao evidenciarem as dimensões do conflito e da disputa, produzindo uma leitura relacional a partir de quatro principais eixos : 1) como o espaço e o território são produzidos como estratégia central para a realização dos objetivos de um determinado movimento, isto é, a partir de

suas intencionalidades e objetivos que ordenam e reúnem um conjunto de estratégias expressas no espaço e território; 2) os espaços e os territórios produzem as identidades dos movimentos e geram novas subjetividades políticas; 3) o espaço e o território são lugares de socialização política que tecem novos valores e alteram conjunturas; 4) por meio dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, os movimentos criam novas instituições.

Os conceitos de espaço e território são caros e importantes para os movimentos sociais, assim, pensar como esses sujeitos organizados em diferentes esferas e setores da sociedade se mobilizam e promovem confrontos políticos e ações que alteram dinâmicas políticas, econômicas e espaciais, se constitui enquanto um importante questionamento que nos leva para um aprofundamento do debate acerca dos movimentos sociais na geografia.

Este artigo avançou nessa reflexão e nos procedimentos metodológicos desenvolvidos que possibilitaram uma leitura relacional dos Movimentos LGBTQIA+ brasileiros e de sua vinculação com os ODS, uma leitura jamais realizada no Brasil em torno desses movimentos. Foi possível constatar a importância dos espaços e dos territórios para a execução das tipologias de ações e dos objetivos construídos pelos movimentos. Os espaços e territórios desde uma perspectiva relacional corroboram para uma interpretação espacial, territorial e, portanto, geográfica, das ações de resistências e também das respostas às violências materializadas em diferentes dimensões e escalas.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, I. Heterossexismo, patriarcado e diversidade sexual. In: NOGUEIRA, L. et al (Org.) **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 55-85.

BUTLER, J. **Bodies that matter**. On the Discursive Limits of "Sex". New York: Routledge, 2011.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989

EFREM FILHO, R. Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT. **Cad. Pagu [online]**. 2016, n.46, pp.311-340.

FACCHINI, R. RODRIGUES, J. É preciso estar atenta (o) e forte: histórico do movimento LGBT e conjuntura atual. In. **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 231- 262.

FERNANDES, B. M. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo, v. 15, p. 59-85, 2000.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. In **Campesinato e territórios em disputa**. PAULINO, Eliane Tomiase; FABRINI, João Edmilson. São Paulo. Expressão Popular p. 273-301, 2008.

FERNANDES, B. M. Movimentos Socioterritoriais e Movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Ed. Especial. São Paulo: **Revista NERA**, 2012. p. 07-17.

FERNANDES, B. M.; MARTIN, J. Y. Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST. **Lutas Sociais (PUCSP)**, São Paulo, v. 12, 2004.

FERNANDES, B. M. **Peasant Movements in Latin America**. Oxford Research Encyclopedia of Politics. 2020.

HALVORSEN, S; FERNANDES, B. M. TORRES, Fernanda Valeria. Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparada. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 24-53, Dossiê I ELAMSS, 2021.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.

LUKÁCS, G. **Para uma antologia do ser social** – v. 2. Tradução de Nélcio Schneider, Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

MISKOLCI, R. Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 101-128, jan./jun. 2007.

MARX, K. ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ORNAT, M. Sobre Espaço e Gênero, Sexualidade e Geografia Feminista. **Terr@ Plural** (UEPG. Impresso), v. 2, p. 309- 322, 2008.

Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. New York: ONU, 2015.

PEDON, N. R. **Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial**. Editora: Unesp, 2013.

PEDON, N. R; DALPERIO, L. C. A contribuição da abordagem socioterritorial à pesquisa geográfica sobre os movimentos sociais. In: VINHA, J. S. C; COCA, E. L; FERNANDES, B. M. (Org.). **DATALUTA: questão agrária e coletivo de pensamento**. 1ed.São Paulo: Outras Expressões, 2014, v. 1, p. 39-67.

RUBIN, G. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo**. Recife: SOS Corpo, 1993.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOBREIRO FILHO, J. **CONTRIBUIÇÃO À CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA GEOGRÁFICA DOS MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS E CONTENTIOUS POLITICS: PRODUÇÃO DO ESPAÇO, REDES E LÓGICA-RACIONALIDADE ESPAÇO-TEMPORAL NO BRASIL E ARGENTINA**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, São Paulo, 2016. 440 f.

SOBREIRO FILHO, J. Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics; terrains of resistance, socio-patial positionality e convergence spaces, **Revista Nera**, Ano 20, n. 39, p. 13-38, 2017.